

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, com relação aos fatos descritos e seus efeitos nas demonstrações contábeis, elaboradas conforme a Lei n.º 6.404/1976 (e alterações posteriores) e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- 51 Caso uma empresa tenha modificado os critérios contábeis durante determinado exercício, esse fato deverá ser evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao mesmo exercício.
- 52 Os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de variações de ativos financeiros disponíveis para venda que tenham sido reconhecidos no balanço patrimonial de determinado exercício devem ser evidenciados na demonstração do resultado abrangente do exercício seguinte.
- 53 O ágio recebido em decorrência de emissão de ações aumenta as reservas de lucros e, conseqüentemente, o patrimônio líquido da companhia.
- 54 O valor das receitas de vendas a prazo que ainda não tenha sido recebido quando da elaboração da demonstração do resultado do exercício será evidenciado juntamente com o valor das demais receitas, em decorrência do princípio da competência.
- 55 Na demonstração do valor adicionado, o reconhecimento de resultado positivo de equivalência patrimonial aumenta o valor adicionado recebido em transferência.
- 56 O reconhecimento de amortização, depreciação e exaustão aumenta o valor adicionado líquido produzido pela entidade.

exercício 2014	R\$ mil
aplicações no intangível com saída de caixa	131
pagamento de financiamentos	153
redução de contas a receber - clientes	200
aumento de contas a pagar - fornecedores	390
obtenção de empréstimos bancários	900
resultado do exercício (lucro)	1.062
aquisição de imobilizado com saída de caixa	1.268

Considerando as informações da tabela, julgue os itens subsequentes em relação à demonstração dos fluxos de caixa.

- 57 A variação da demonstração dos fluxos de caixa de 2014 foi de R\$ 1 milhão positiva.
- 58 O fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais, elaborado pelo método indireto, é inferior a R\$ 1.200 mil.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- 59 Determinado bem imobilizado foi adquirido ao custo de R\$ 100.000, sendo sua vida útil estimada em dez anos, sem valor residual. Em 2014, após oito anos de uso, foram realizados gastos de R\$ 1.000 para manutenção e reparos nesse imobilizado. Nessa situação, o valor líquido desse imobilizado, no final de 2014, é igual a R\$ 20.000.
- 60 A empresa X está sendo acusada pela concorrente Y de prática desleal, por combinar preços com as demais concorrentes. A empresa Y pede judicialmente uma indenização de R\$ 1 milhão. Nessa situação, a empresa X deve reconhecer uma obrigação no passivo, pelo valor requerido, mesmo que seja remota a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.
- 61 A vida útil de determinado ativo intangível foi considerada indefinida, pois, com base na análise dos fatos relevantes, não foi possível prever um período durante o qual seriam gerados fluxos de caixa líquidos positivos para a empresa. Nessa situação, o *impairment test* deve ser aplicado anualmente a esse intangível.
- 62 Após cinco anos de uso, foi realizada a venda de determinado bem imobilizado pelo valor de R\$ 400.000, para recebimento após um ano da data da venda. A empresa considera que 6,5 % a.a. é uma taxa de juros livre de riscos adequada para mensurar o ajuste em valor presente. Nessa situação, no momento da venda, o ajuste em valor presente é igual a R\$ 26.000.

- 63 Determinada empresa, no final do exercício, levantou os seguintes saldos contábeis:

aplicações financeiras de liquidez imediata	R\$ 4.000
aplicações financeiras para resgate em 30 dias	R\$ 4.000
caixa	R\$ 4.000
depósitos bancários à vista	R\$ 40.000
depósitos bancários vinculados à liquidação de empréstimos	R\$ 40.000

Nessa situação, a conta disponibilidade (caixa e equivalentes de caixa) registrará um saldo de R\$ 52.000.

- 64 Determinada indústria teve gastos extraordinários de estocagem no valor de R\$ 4.000 e perdas anormais de matérias-primas aplicadas na produção no valor de R\$ 5.000. Nessa situação, o valor de estoque desses produtos será reduzido em R\$ 1.000.

Uma indústria produz apenas um produto e realizou os seguintes gastos durante o mês de junho de 2015:

	R\$
comissão dos vendedores	20.000
compra de matéria-prima*	50.000
mão de obra direta	80.000
outros custos de fabricação	30.000
salário da administração geral	25.000
salário da supervisão da fábrica	20.000
* Líquido de tributos recuperáveis	

Os saldos das contas do estoque, em junho de 2015, eram os seguintes:

	R\$
estoque final de matéria-prima	15.000
estoque final de produtos em elaboração	25.000
estoque inicial de matéria-prima	10.000
estoque inicial de produtos acabados	20.000
estoque inicial de produtos em elaboração	30.000

Considerando esses dados e admitindo que essa indústria utilize o método de custeio por absorção, julgue os seguintes itens.

- 65 Se, no mês de junho, a indústria vendeu todos os produtos acabados nos meses anteriores e  $\frac{4}{5}$  do que foi produzido no mês, então o custo dos produtos vendidos foi menor do que os custos de produção no mês de junho.
- 66 No mês de junho, o custo da matéria-prima consumida foi igual a  $\frac{1}{5}$  do custo dos produtos elaborados.
- 67 O custo dos produtos acabados no mês de junho foi igual a R\$ 205.000.

Das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2015, elaboradas pela sociedade empresária Alfa, foram extraídas as seguintes informações:

	R\$
despesas antecipadas	2.000
disponível	5.000
fornecedor	9.000
estoque	14.000
passivo não circulante	15.000
realizável a longo prazo	20.000
valores a receber (vendas a prazo)	33.000
passivo circulante	45.000
total do ativo circulante	60.000
patrimônio líquido	80.000
total do ativo não circulante	80.000
ativo total médio	140.000
lucro operacional	280.000
lucro bruto	400.000
vendas do período	600.000

Considerando esses dados, julgue os itens subsecutivos, que se referem à análise econômica da empresa.

- 68 O retorno sobre o ativo (ROA) é igual a 2.
- 69 No final de junho, a sociedade empresária Alfa possuía R\$ 0,75 de recursos de curto prazo de terceiros para cada real de recursos próprios.
- 70 O índice de liquidez seca obtido aponta dificuldade no pagamento das obrigações de curto prazo.
- Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação contábil, de acordo com os pronunciamentos técnicos e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- 71 Um ativo público passou a ser objeto de contrato de concessão, conforme as orientações do ICPC 01 — Concessões. Nessa situação, esse ativo deve ser reconhecido pela empresa concessionária como ativo arrendado ou ativo imobilizado.
- 72 Em 1.º/1/2014, certa sociedade empresária adquiriu dois ativos intangíveis com as seguintes características:

ativo intangível	valor de aquisição	vida útil
I	R\$ 100.000	5 anos
II	R\$ 100.000	indefinida

Em 31/12/2014, os valores justos dos intangíveis I e II foram avaliados em R\$ 90.000 e R\$ 80.000, respectivamente. Dessa forma, em 31/12/2014, o valor líquido desses dois ativos evidenciado no balanço patrimonial foi de R\$ 180.000.

- 73 Uma empresa comercializa determinado produto agrícola, cuja cotação no mercado principal é de R\$ 1.000 e no mercado mais vantajoso é de R\$ 1.100. Nesse caso, o valor justo do produto agrícola no momento da colheita será de R\$ 1.000.
- 74 Em maio de 2015, foram recolhidos R\$ 32 milhões em vendas de ingressos para os Jogos Olímpicos de 2016, valor definido para ser recebido em até três vezes, entre julho e setembro de 2015. Nessa situação, o reconhecimento da receita de R\$ 32 milhões pela entidade vendedora ocorrerá em 2016, quando da realização dos Jogos Olímpicos.

A respeito dos princípios de contabilidade relativos ao setor público, estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 75 Em cumprimento ao Princípio da Oportunidade, as variações patrimoniais devem ser reconhecidas contabilmente em sua totalidade no âmbito da UnB, ainda que não tenha havido o cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência.
- 76 O princípio da entidade se afirma na UnB com a identificação de sua unidade gestora, que tem o poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

Julgue os seguintes itens, relativos às finalidades do Sistema de Contabilidade Federal (SCF).

- 77 Mesmo não sendo decorrentes da execução orçamentária, as variações ocorridas no patrimônio do ente público devem ser evidenciadas no SCF.
- 78 Por serem de natureza gerencial, os custos dos programas e das unidades da administração pública federal não são contemplados nos registros contábeis dos órgãos e entidades federais e, por consequência, não devem ser evidenciados no SCF.
- 79 Não cabe ao SCF evidenciar a renúncia de receita de órgãos e entidades federais em razão de serem eles registrados e controlados em sistema contábil próprio da Receita Federal do Brasil.

Com relação ao objetivo e à composição do patrimônio do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 80 Não compõem o patrimônio público os bens nele produzidos ou por ele recebidos em doação, ainda que esses bens representem um fluxo de benefícios futuros e sejam inerentes à prestação de seus serviços.
- 81 Para fins de instrumentalização do controle social, o setor público deve fornecer aos usuários informações sobre os aspectos de natureza orçamentária e econômica do seu patrimônio.
- 82 Os atributos de continuidade e competência são a base para a separação dos elementos patrimoniais do setor público em circulante e não circulante.

Julgue os próximos itens, acerca da classificação das variações patrimoniais e seus impactos no resultado patrimonial do setor público.

- 83 Os depósitos em caução recebidos em garantia nos contratos firmados pelo setor público representam variações patrimoniais aumentativas.
- 84 A baixa de um bem inservível deve ser classificada como variação patrimonial qualitativa, visto que, no momento de sua desincorporação, não haverá ingresso ou saída de recursos no órgão público.
- 85 Ao efetuar a compra de material de consumo que ficará em estoque para uso em outro exercício, registra-se uma operação que resulta em uma variação patrimonial aumentativa.
- 86 Representa uma variação patrimonial quantitativa diminutiva a atualização de uma dívida a pagar de longo prazo contratada pelo setor público em moeda estrangeira, em virtude de desvalorização da moeda nacional.

Considerando que os bens que compõem o patrimônio público sejam submetidos aos procedimentos contábeis patrimoniais exigidos pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), julgue os itens subsecutivos.

- 87 O processo de reavaliação dos bens móveis do setor público pode ser efetuado por meio de relatório de avaliação realizado por uma comissão de servidores.
- 88 A perda por irrecuperabilidade de um ativo reconhecida pelo ente público em anos anteriores pode ser reduzida, caso haja o ressurgimento da necessidade de serviços fornecidos por esse ativo.
- 89 Os terrenos de propriedade da UnB não se sujeitam ao processo de depreciação.
- 90 Mesmo com a expectativa de rentabilidade futura, o ágio de um ativo gerado internamente (*goodwill*) pelo setor público não deve ser reconhecido como um item de ativo intangível.

A respeito do registro contábil das provisões e dos passivos contingentes a ser efetuado no âmbito da UnB, julgue os itens subseqüentes.

- 91 Como não atendem ao critério de reconhecimento de passivos, os passivos contingentes devem apenas ser registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.
- 92 Deve ser reconhecida em contas de provisão a parcela mensal de duodécimo do décimo terceiro salário a pagar que tenha como fato gerador o mês de trabalho.

De acordo com as regras vigentes no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens que se seguem acerca do tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.

- 93 Como o tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições é uma transação sem contraprestação, dispensa-se a constituição de um ajuste para eventuais perdas de créditos relativos a impostos.
- 94 Caso haja o recebimento de um imposto antes da ocorrência do fato gerador, um passivo deve ser reconhecido em contrapartida à entrada desse valor no caixa da entidade.

No que se refere ao sistema de custos do setor público, julgue os próximos itens.

- 95 O custo de oportunidade representa o custo teórico definido *a priori* para valorização interna de materiais, produtos e serviços prestados.
- 96 No uso do método do custeio por atividade, são apropriados aos produtos e serviços todos os custos de produção e os das despesas.

Julgue os seguintes itens, relativos ao plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

- 97 Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central de contabilidade da União, a competência para manter e aprimorar o PCASP.
- 98 As contas contábeis do PCASP são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam, sendo elas orçamentária, patrimonial e de controle.
- 99 Entre os objetivos do PCASP, inclui-se o de contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.

A FUB contratou a empresa prestadora de serviços de vigilância ABC. Depois de concluída a prestação de serviço, a empresa ABC apresentou nota fiscal à FUB, no valor total de R\$ 1.000,00, para liquidação e pagamento.

Considere as seguintes alíquotas e impostos: Programa de Integração Social (PIS/PASEP) = 0,65%; Imposto sobre a Renda (IR) = 4,8%; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) = 3%; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) = 1%; Contribuição Previdenciária (INSS) = 11%; Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) = 0,38%. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 100 Suponha que as alíquotas aplicadas à retenção de IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, INSS e ISS sejam, respectivamente, 4,8%, 1,0%, 3%, 0,65%, 11% e 5%. Nesse caso, o valor líquido a ser repassado à empresa ABC pela FUB será de R\$ 550,00.
- 101 O contrato com a empresa ABC gerará, por parte da FUB, retenção e recolhimento de INSS, IR e IOF.

Acerca das obrigações tributárias, julgue os próximos itens.

- 102 A confecção e o envio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) — uma espécie de declaração social — constitui exemplo de obrigação tributária acessória.
- 103 A elaboração e o envio da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) constitui exemplo de obrigação tributária acessória.
- 104 Constitui exemplo de obrigação tributária acessória a prestação pecuniária decorrente do imposto de renda.

Julgue os itens subsequentes, com relação à legislação aplicável aos tributos federais.

- 105 Compete à Secretaria de Inspeção do Trabalho (MTE) a administração e a fiscalização da contribuição para o PIS/PASEP.
- 106 As fundações públicas são contribuintes do PIS/PASEP.
- 107 Os órgãos da administração pública federal direta, quando for o caso, estão obrigados a efetuar a retenção do IR, COFINS, PIS/PASEP e CSLL.
- 108 O IR e o IPI são exemplos de impostos de competência federal.

Com relação ao Sistema Tributário Nacional (STN), julgue os itens subsequentes.

- 109 O ato denominado lançamento compete à autoridade tributária tendente a constituir o crédito tributário.
- 110 A alíquota tributária consiste no percentual a ser aplicado sobre a base de cálculo para determinar o valor do tributo.
- 111 Denomina-se base de cálculo do imposto ao valor tributável na operação considerada.
- 112 No STN, o prazo decadencial para a fazenda pública constituir o crédito tributário é de dez anos.
- 113 A prescrição pelo decurso do prazo de dez anos, contado da data da sua constituição definitiva, extingue o direito de o estado entrar com a ação de cobrança do crédito tributário.
- 114 Entre os impostos de competência estadual, incluem-se o ICMS e o IPVA.
- 115 O ISS e o ITBI são exemplos de impostos de competência municipal.
- 116 Os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria são espécies de tributo.

base de cálculo (R\$)	alíquota (%)	parcela a deduzir do IR (R\$)
até 1.903,98	-	-
de 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
de 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
de 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
acima de 4.664,68	27,5	869,36

A tabela apresenta a incidência mensal do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), com vigência a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015.

Com base nessa tabela, julgue os itens seguintes.

- 117 Sobre a base de cálculo mensal de R\$ 1.900,00 de um determinado servidor, a FUB não deverá reter qualquer valor a título de IRPF.
- 118 A tabela do IRPF é um exemplo de tributação com alíquotas fixas.

**Alíquotas de contribuição de servidores ativos, inativos e pensionistas, da União, para o financiamento de benefícios previdenciários**

	<b>ente</b>	<b>ativos</b>	<b>inativos</b>	<b>pensionistas</b>
União	22%	11%	11%	11%

Com base na tabela de incidência mensal das contribuições previdenciárias dos servidores públicos federais, julgue os próximos itens.

- 119 A tabela de contribuições previdenciárias apresentada constitui-se como exemplo de tributação com alíquotas progressivas.
- 120 Sobre o salário bruto mensal de R\$10.000,00 de um determinado servidor público ativo, a administração federal deve reter (deduzir do salário bruto) como contribuição previdenciária o valor mensal de R\$ 2.200,00.

Espaço livre